



Cerquillo-SP

Legislação Digital

LEI COMPLEMENTAR Nº 3, DE 23 DE DEZEMBRO DE 1992

(Vide Lei nº 2.270, de 2000)

Dispõe sobre o Plano de Classificação de Cargos e Empregos, Quadro de Pessoal, Evolução Funcional e dá outras providências.

Aldomir José Sanson, **Prefeito Municipal de Cerquillo**, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Os cargos e empregos da Prefeitura Municipal de Cerquillo obedecerão a classificação estabelecida na presente Lei Complementar.

Art. 2º Os cargos serão criados por lei e somente se admitirá funcionários mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvados os cargos em comissão.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto neste artigo às pessoas contratadas para atender necessidades temporárias de excepcional interesse público.

Art. 3º O Plano de Classificação de Cargos e Empregos aplica-se a todos os Servidores do Município, assim entendidos os funcionários públicos regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e os Empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 4º A composição e a forma de vencimentos dos servidores do Quadro de Pessoal passa a ser a constante da presente Lei Complementar.

Art. 5º Para efeitos desta Lei Complementar, considera-se:

I - Funcionário Público, pessoa legalmente investida em cargo público e regida pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Cerquillo.

II - cargo público, a posição instituída na organização do funcionalismo, criado por lei, em número certo e com a denominação própria, necessário ao desempenho das atribuições do serviço público, ao qual corresponde um vencimento.

III - cargo em comissão, é aquele em que o servidor exerce em caráter precário, transitório, não tendo direito à permanência no mesmo, por motivo algum;

IV - emprego público, é a posição instituída na organização do funcionalismo, criado por lei, em número certo, com denominação própria e atribuições específicas, cometidas a um empregado público;

V - empregado público, é a pessoa admitida no serviço público e regida pela Consolidação das Leis do Trabalho;

VI - Servidor, a pessoa ocupante de um cargo ou emprego, independente da natureza do seu vínculo com o Município, seja no regime estatutário, seja no da Consolidação das leis do Trabalho.

VII - classe, o agrupamento de cargos da mesma denominação, natureza funcional, grau de responsabilidade e idêntico vencimento;

VIII - série de classe, o conjunto de classes da mesma natureza de trabalho, dispostos hierarquicamente de acordo com o grau de responsabilidade e o nível de complexidade das atribuições;

IX - quadro de pessoal, o conjunto de cargos e empregos que integram a estrutura administrativa funcional da Prefeitura;

X - referência, o número indicativo da posição do cargo/ emprego na escala básica de vencimentos;

XI - grau, a letra indicativa do valor progressivo da referência;

XII - padrão, o conjunto da referência e grau indicativo do vencimento do servidor;

XIII - vencimento, a retribuição pecuniária básica fixada em lei, paga mensalmente ao servidor público pelo exercício do cargo ou emprego correspondente ao padrão;

XIV - remuneração, o valor do vencimento acrescido das vantagens funcionais e pessoais, incorporadas ou não, percebidas pelo servidor.

CAPÍTULO II DO QUADRO DE PESSOAL

Art. 6º O Quadro de Pessoal compõe-se das seguintes partes:

I - parte permanente, composta de cargos de provimento efetivo e cargos em comissão, criados, mantidos ou red denominados a serem regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais;

II - parte suplementar, composta de empregos dos servidores regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho C.L.T., a serem extintos na vacância.

Seção I Da Parte Permanente

Art. 7º Os cargos de provimento efetivo, discriminados sob o título Situação Atual, do anexo I, ficam criados, mantidos ou red denominados nos cargos relacionados sob o título Situação Nova do mesmo anexo. (Vide Lei Complementar nº 19, de 1994)

Art. 8º (Revogado pela Lei Complementar nº 34, de 12 de junho de 1998)

Parágrafo único. (Revogado pela Lei Complementar nº 34, de 12 de junho de 1998)

Art. 8º Os cargos em comissão são de livre preenchimento e exoneração pelo Prefeito, respeitados os requisitos para preenchimento, sendo que 2/3 (dois terços) dos cargos de Diretores serão obrigatoriamente preenchidos por servidores pertencentes ao Quadro Pessoal. (Renumerado do art. 9º pela Lei Complementar nº 34, de 1998)

	de 2019)		anos.
13	Enfermeiro II (Redação dada pela Lei Complementar n° 315, de 2020)	10-A	Ensino Superior em Enfermagem e registro no Conselho de Classe.
13	Técnico de Enfermagem (Redação dada pela Lei Complementar n° 315, de 2020)	06-A	Ensino Médio Completo, Certificado de Formação do Curso de Técnico de Enfermagem em instituição reconhecida pelo MEC e Registro ativo no COREN-SP
3	Médico da Estratégia da Saúde da Família (Redação dada pela Lei Complementar n° 315, de 2020)	R\$ 12.000,00	Ensino Superior Completo em Ciências Médicas e Registro no CREMESP - Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo.
1	Bombeiro Civil (Incluído pela Lei Complementar n° 288, de 2019)	03-A	Ensino Fundamental Completo, possuir C.N.H. categoria B e Certificado de Formação de Bombeiro Profissional Civil em Instituição Credenciada pelo Corpo de Bombeiros do Estado de São Paulo nos termos da Portaria n° CCB-008/600/14.
1	Gestor Ambiental (Incluído pela Lei Complementar n° 288, de 2019)	09-A	Ensino Superior em Tecnologia de Gestão Ambiental.

ANEXO II
QUADRO DE PESSOAL - CARGOS EM COMISSÃO DE LIVRE PROVIMENTO E EXONERAÇÃO

Cargo	Referência	Nº de Vagas	Requisitos
Secretária do Prefeito	6	01	Ensino Médio Completo
Secretário (a) Municipal do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (Incluído pela Lei Complementar n° 235, de 2017)	Subsídio - Lei n° 3.203/2016	01	Ensino Superior
Motorista do Gabinete	6	01	Ensino Fundamental e CNH classe B ou C
Coordenador de Secretaria	7	05	Experiência na área
Assessor de Imprensa	8	01	Educação Superior em Jornalismo e Registro no Mtb
Supervisor da Merenda Escolar	8	01	Experiência na área
Coordenador da Assistência Social	9	01	Assistência Social
Diretor da Guarda Municipal	11	01	Ensino Médio Completo
Assessor de Planejamento	11	01	Engenheiro ou Arquiteto e Registro no CREA
Assessor de Gabinete	11	01	Experiência na área
Encarregado CPD	11	01	Analista de Sistemas ou Processamento de Dados
Coordenador de Meio Ambiente	11	01	Educação Superior e experiência na área
Coordenador do Trabalho e Desenvolvimento Econômico (Incluído pela Lei Complementar n° 235, de 2017)	6-A	01	Ensino Médio Completo
Diretor do Departamento de Recursos Humanos	11	01	Educação Superior ou Ensino Médio Completo e experiência na área
Diretor do Departamento de Tributação	11	01	Educação Superior em Ciências Contábeis ou Administração
Diretor do Departamento de Contabilidade e Patrimônio	11	01	Contador ou técnico em Contabilidade e Registro no CRC
Diretor do Departamento de Tesouraria	11	01	Educação Superior em Ciências Contábeis ou Administração
Diretor do Departamento de Compras e Licitações	11	01	Educação Superior ou Ensino Médio Completo e experiência na área
Diretor do Departamento de Ensino	11	01	Educação Superior em Pedagogia e experiência na área
Diretor do Departamento de Esportes e Turismo	11	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Cultura	11	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária	11	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Manutenção e Controle de Frota	11	01	Experiência na área
Diretor do Departamento de Obras e Serviços Municipais	11	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do SAAEC	12	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor da Central de Alimentos (Incluído pela Lei Complementar n° 276, de 2018)	11-A	1	Ensino Superior
Procurador Jurídico	12	01	Advogado e inscrição na OAB
Secretário de Administração	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário de Educação	12	01	Educação Superior em Pedagogia e experiência na área
Secretário da Saúde	12	01	Médico, Dentista ou Assistente Social
Secretário de Esportes, Turismo e Cultura	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário de Obras, Viação e Serviços	12	01	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Reg. no CREA
Secretário de Finanças	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança e Defesa Civil	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	12	01	Educação Superior e experiência na área
Corregedor da Guarda Civil Municipal (Incluído pela Lei Complementar n° 283, de 2019)	10-A	01	Ensino Superior Completo
Ouvidor da Guarda Civil Municipal (Incluído pela Lei Complementar n° 283, de 2019)	09-A	01	Ensino Superior Completo
Coordenador no Serviço Residencial Terapêutico (Incluído pela Lei Complementar n° 316, de 2020)	06-A	02	Ensino Médio Completo e experiência em coordenação/supervisão em serviços de saúde

(Redação dada pela Lei Complementar n° 34, de 1998)



Cerquillo-SP

Legislação Digital

LEI Nº 2.207, DE 16 DE JUNHO DE 1999

Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Cerquillo;

Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES NORTEADORAS

CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS NORTEADORES

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público Municipal, que tem como princípios:

I - a Gestão Democrática da Educação;

II - a Garantia do Padrão de Qualidade do Ensino Municipal;

III - a Valorização do Profissional de Ensino;

IV - a Escola Pública gratuita, de qualidade, laica para todos, a serviço das necessidades da população, independentemente de sexo, etnia, cor, situação sócio-econômica, credo religioso e político.

Art. 2º A Gestão Democrática da Educação consistirá na participação das comunidades interna e externa, na forma colegiada e representativa, observada a legislação pertinente.

Art. 3º O Ensino Público Municipal garantirá à criança e ao adolescente:

I - a aprendizagem integrada e abrangente, objetivando:

a) superar a fragmentação das várias áreas do conhecimento;

b) propiciar ao educando o saber organizado para que possa reconhecer-se como agente do processo de construção do conhecimento e transformação das relações entre o homem e a sociedade;

II - o preparo do educando para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho;

III - a garantia de igualdade de tratamento, sem discriminar de qualquer espécie;

IV - a igualdade de condições de acesso e permanência na escola e todas as condições necessárias à realização do processo educativo, garantindo-se atendimento especializado aos portadores de necessidades especiais em classe da rede regular de ensino, em escolas públicas especiais e em Centros de Apoio e Projetos;

V - a garantia da liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

VI - a garantia do direito de organização e de representação estudantil no âmbito do município.

Art. 4º A valorização dos profissionais de ensino será assegurada através de:

I - formação contínua e sistemática de todo pessoal do Quadro de Magistério, promovida e/ou oferecida pela Secretaria Municipal da Educação;

II - condições dignas de trabalho para os profissionais do Magistério;

III - perspectiva de progressão na carreira;

IV - realização periódica de Concursos Públicos de Ingresso e de Acesso;

V - exercício de todos os direitos e vantagens compatíveis com as atribuições do Magistério;

VI - piso salarial;

VII - o reajuste do salário dos Profissionais de Ensino obedecerá ao disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais e na Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO II DO ESTATUTO E SEUS OBJETIVOS

Art. 5º Essa Lei estrutura e organiza o Magistério Público Municipal de Educação Infantil, Educação Especial e do Ensino Fundamental, nos termos das Constituições Federal e Estadual, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, da Lei Orgânica do Município promulgada em 3 de abril de 1990 e da Lei Complementar nº 2, de 23 de dezembro de 1992.

Art. 6º Para os efeitos deste Estatuto serão abrangidos os docentes e os profissionais da educação de suporte pedagógico que desenvolvem atividades de planejar, executar, dirigir, orientar, coordenar e supervisionar o Ensino na Rede Municipal de Educação.

Seção I Dos Conceitos Básicos

centavos). (Redação dada pela Lei Complementar n° 160, de 2009)

Art. 134. As despesas com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias do orçamento municipal, suplementadas se necessário, e por conta de transferências previstas no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Art. 135. A presente Lei entrará em vigor a partir de 1º/7/99, revogando em especial a Lei n° 1.665, de 22 de setembro de 1992, Lei n° 1.704, de 27 de janeiro de 1993 e a Lei n° 1.837, de 23 de março de 1994.

Das Disposições Estatutárias Transitórias

Art. 1º Os atuais integrantes do Quadro do Magistério, da Educação Infantil e Educação Especial, terão o cargo ou função/atividade enquadrados em conformidade com o anexo VI desta Lei.

§ 1º O integrante do Quadro do Magistério que após a aprovação desta Lei estiver enquadrado em padrão superior aos indicados no anexo VI a que se refere este artigo, ficará enquadrado no último nível da faixa correspondente à sua classe.

§ 2º Se, em decorrência do disposto neste artigo, resultar enquadramento do cargo ou da função/atividade em nível cujo valor seja inferior à quantia resultante da soma dos vencimentos e da gratificação da escolaridade efetivamente percebida pelo profissional do magistério, este fará jus ao recebimento da diferença, que será incorporada no salário base.

Art. 2º Os atuais professores de educação infantil e educação especial com carga horária de 20 (vinte) horas semanais (100 horas mensais), ficam enquadrados na Jornada Especial ou Inicial de Trabalho Docente de acordo com sua opção.

§ 1º Os atuais professores da educação infantil e educação especial que optarem pela Jornada Inicial de Trabalho Docente, farão jus à diferença de hora-aula, sendo a mesma incorporada no salário base.

§ 2º A Jornada Especial de Trabalho Docente extinguir-se-á com a vacância dos cargos.

Art. 3º No ano de 1999, os atuais docentes titulares de cargo e estáveis da educação infantil e educação especial terão sua sede de exercício fixada nas unidades escolares em que atuam com direito a participarem do concurso de remoção no ano seguinte.

Art. 4º Os atuais professores da pré-escola terão prazo até 1º/01/2000 para apresentar diploma ou certificado de curso de grau superior de ensino, de graduação correspondente à licenciatura plena para fazer jus à gratificação de escolaridade.

Art. 5º Aplica-se aos professores estáveis, nos termos do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da CF de outubro de 1988, as mesmas vantagens e direitos outorgados aos professores efetivos concursados.

Cerquilha, 16 de junho de 1999.

Alcides de Nadai
Prefeito Municipal

Publicado na Portaria do Paço Municipal, na data supra.

ANEXO I

Formas e Requisitos Para Provimento de Cargo

Série de Classe Docente	Forma de Provimento	Requisitos
PEB I - 1ª a 4ª	Concurso Público - Provas e Títulos - Nomeação e Acesso	Habilitação específica de nível médio na modalidade normal ou nível superior
PEB - Educação Especial	Concurso Público - Provas e Títulos - Nomeação	Habilitação específica nível médio na modalidade normal e curso superior mais curso de extensão cultural e aperfeiçoamento na área específica de atuação
PEB II - Educação Especial	Concurso Público - Provas e Títulos - Nomeação e Acesso	Habilitação específica nível médio na modalidade normal mais licenciatura plena em pedagogia com especialização na área específica e/ou licenciatura plena em pedagogia com habilitação na área específica de atuação
PEB II - Ensino Fundamental - 5ª a 8ª Série	Concurso Público - Provas e Títulos - Nomeação e Acesso	Habilitação específica plena na área própria ou formação superior em área correspondente
PEB - Educação Infantil	Concurso Público - Provas e Títulos - Nomeação	Habilitação específica de nível médio na modalidade normal ou nível superior
PEB - Educação Infantil - creches (de 0 a 03) (Incluído pela Lei Complementar n° 108, de 2005)	Concurso públicos de provas e títulos	Habilitação específica em educação infantil de nível médio na modalidade normal ou nível superior

ANEXO II

Formas e Requisitos para Provimento de Cargos em Comissão

Denominação - Classe de Suporte Pedagógico - Educacional	Formas de Provimento	Requisitos
Diretor de Escola (Redação dada pela Lei Complementar n° 160, de 2009)	Em comissão, mediante nomeação precedida de escolha.	Licenciatura plena em pedagogia ou pós-títulos e ter no mínimo 5 anos de experiência no Magistério
Supervisor de Ensino (Redação dada pela Lei Complementar n° 160, de 2009)	Em comissão, mediante nomeação precedida de escolha por parte do Prefeito Municipal.	Licenciatura Plena em Pedagogia ou Pós-Títulos e ter no mínimo 05 (cinco) anos no Magistério quais 02 (dois) anos no exercício de cargo ou função de Suporte Pedagógico Educacional.
Orientador Pedagógico (Incluído dada pela Lei Complementar n° 160, de 2009)	Em Comissão, mediante nomeação precedida de escolha.	Ensino Superior com habilitação específica para o Magistério



Cerquillo-SP

Legislação Digital

LEI COMPLEMENTAR Nº 34, DE 12 DE JUNHO DE 1998

Autor: Executivo Municipal

(Vide Resolução Municipal nº 150, de 1999)

(Vide Lei Complementar nº 52, de 2002)

(Vide Lei Complementar nº 82, de 2004)

(Vide Lei Complementar nº 94, de 2004)

(Vide Lei Complementar nº 109, de 2005)

(Vide Lei Complementar nº 158, de 2009)

(Vide Lei Complementar nº 170, de 2010)

(Vide Lei Complementar nº 179, de 2011)

(Vide Lei Complementar nº 187, de 2012)

(Vide Lei Complementar nº 189, de 2012)

(Vide Lei Complementar nº 205, de 2014)

Altera a Lei Complementar nº 3, de 23 de dezembro de 1992, suprimindo, alterando e acrescentando dispositivos.

O Prefeito Municipal de Cerquillo,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criados os cargos de Agrônomo, Bibliotecário, Biomédico, Engenheiro Civil, Farmacêutico, Fiscal de Rendas, Mecânico, Médico do Trabalho, Eletricista para Autos, todos de provimento efetivo, e investidura através de concurso público.

§ 1º As atribuições dos cargos de Agrônomo, Bibliotecário, Biomédico, Engenheiro Civil, Farmacêutico e Médico do Trabalho, são as do rol de habilitações constantes dos cargos supra.

§ 2º As atribuições do cargo de Fiscal de Rendas são:

I – promover fiscalização de toda e qualquer espécie de renda municipal, nos limites do Município;

II – auxiliar o setor competente no controle da arrecadação dos impostos e taxas municipais.

§ 3º As atribuições dos cargos de Mecânico e Eletricista para Autos são:

I – zelar pela frota municipal, mantendo-a em funcionamento e para tal promover todo e qualquer conserto, troca de peças e outras operações necessárias.

§ 4º O número de vagas existentes bem como as referências e os requisitos para provimento, para os cargos acima especificados, são constantes no Anexo I desta lei.

Art. 2º Ficam extintos os cargos de Agente de Recursos Humanos, Bioquímico, Contínuo, Lançador, Mecânico I, Mecânico II, Mestre de Obras, Operador de Máquina Industrial, Visitador Sanitário, todos os de provimento efetivo.

Art. 3º Ficam renomeados os cargos de Auxiliar de Dentista, Diretor do Departamento Guarda Municipal, Fiscal de Atividades Gerais, Motorista I, Motorista II, que passam a ter a denominação de Auxiliar de Consultório Dentário, Diretor da Guarda Municipal, Fiscal de Obras e Posturas, Motorista de Veículos Leves, Motorista de Veículos Pesados, respectivamente, mantendo-se as referências que tinham originariamente, excluindo-se o cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, que passa para a referência 04, tendo como requisito para a investidura o registro no COREN.

Art. 4º Ficam renomeados os cargos de Escriturário I e Escriturário II, pertencentes ao anexo I da Lei Complementar nº 3, de 23 de dezembro de 1992 – Quadro Permanente – cargos de provimento efetivo regido pelo Estatuto, passando a ser chamados de Escriturário, na referência 6, tendo como requisito o Ensino Médio Completo.

Art. 5º O cargo de Médico Veterinário passa da referência 9 para a referência 10.

Art. 6º Os cargos de Agente de Saneamento, Atendente, Fisioterapeuta, Telefonista, Motorista de Veículos Pesados e Fiscal de Obras e Posturas, passam a ter quantidade de vagas conforme o anexo I desta lei.

Art. 7º Ficam extintos todos os cargos de provimento em comissão existentes, sendo criados novos, com a denominação, número de vagas e requisitos de investidura, conforme constante no anexo II desta Lei, suprimindo-se o art. 8º da Lei Complementar nº 3, renumerando-se os artigos subsequentes.

Art. 8º Fica suprimido em sua íntegra o art. 24 “caput”, bem como seu parágrafo único, da Lei Complementar nº 3, renumerando-se os artigos subsequentes.

Art. 9º As despesas decorrentes da execução da presente Lei Complementar, serão atendidas por conta das dotações próprias consignadas no orçamento, suplementadas se necessário, de acordo com as normas legais vigentes.

			Administração
Diretor de Tesouraria (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	11-A	01	Educação Superior em Ciências Contábeis ou Administração
Diretor do Departamento de Compras e Licitações	44	04	Educação Superior ou Ensino Médio Completo e experiência na área
Diretor de Compras e Licitações (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	11-A	01	Educação Superior ou Ensino Médio Completo e experiência na área
Diretor do Departamento de Ensino (<u>Revogado pela Lei Complementar nº 42, de 16 de fevereiro de 2001</u>)	44	04	Educação Superior em Pedagogia e experiência na área
Diretor do Departamento de Esportes e Turismo	44	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Esportes, Turismo, Lazer e Cultura (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	44-A	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Esportes, Turismo e Lazer (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 2004</u>)	44-A	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Esportes, Turismo, Lazer e juventude (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 169, de 2010</u>)	11-A	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Cultura (<u>Revogado pela Lei Complementar nº 42, de 16 de fevereiro de 2001</u>)	44	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Vigilância Sanitária	44	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Vigilância Sanitária (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	11-A	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do Departamento de Manutenção e Controle de Frota (<u>Revogado pela Lei Complementar nº 42, de 16 de fevereiro de 2001</u>)	44	04	Experiência na área
Diretor do Departamento de Obras e Serviços Municipais	44	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Obras e Serviços Municipais (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	44-A	04	Educação Superior e experiência na área
Diretor de Almoxarifado, Obras e Serviços Municipais (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 2004</u>)	11-A	01	Educação Superior e experiência na área
Diretor do SAAEC	12	01	Educação Superior e experiência na área
Procurador Jurídico	12	01	Advogado e inscrição na OAB
Secretário de Administração	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário de Educação	42	04	Educação Superior em Pedagogia e experiência na área
Secretário Municipal de Educação e Cultura (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 100, de 2005</u>)	12	01	Educação Superior em Pedagogia e experiência na área
Secretário da Saúde	42	04	Médico, Dentista ou Assistente Social
Secretário de Saúde e Promoção Social (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001</u>)	Subsídio – Lei nº 2.308/00	04	Médico, Dentista ou Assistente Social
Secretário de Saúde e Promoção Social (<u>Redação dada pela Lei Complementar nº 49, de 2001</u>)	Subsídio – Lei nº	01	Médico, Dentista, Assistente Social, Enfermeira com inscrição no COREN ou experiência na área.

	2.308/00		
Secretário de Esportes, Turismo e Cultura	42	04	Educação Superior e experiência na área
Secretário de Esportes, Turismo, Lazer e Cultura (Redação dada pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	Subsídio – Lei nº 2.308/00	04	Educação Superior e experiência na área
Secretário Municipal de Esportes, Turismo e Lazer (Redação dada pela Lei Complementar nº 100, de 2005)	Subsídio – Lei nº 2.308/00	04	Educação Superior e experiência na área
Secretário Municipal de Esportes, Turismo, Lazer e Juventude (Redação dada pela Lei Complementar nº 169, de 2010)	Subsídio – Lei nº 2.308/00	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário de Obras, Viação e Serviços	12	01	Engenheiro Civil ou Arquiteto e Reg. No CREA
Secretário de Finanças	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário Municipal de Trânsito, Segurança e Defesa Civil	12	01	Educação Superior e experiência na área
Secretário da Agricultura e Meio Ambiente	12	01	Educação Superior e experiência na área
Chefe de Manutenção e Controle de Frota (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	10-A	01	Experiência na área
Chefe de Gabinete (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	42-A	04	Educação Superior e experiência na área
Chefe de Gabinete (Redação dada pela Lei Complementar nº 154, de 2009)	12-A	01	Ensino Superior e experiência na área para Livre Nomeação
Chefe de Obras e Serviços Municipais (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	10-A	01	Experiência na área
Chefe de Serviços Odontológicos (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	10-A	01	Educação Superior em Odontologia experiência na área
Coordenador da Cozinha Piloto (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	07-A	04	Experiência na área
Coordenador da Cozinha Piloto (Redação dada pela Lei Complementar nº 48, de 2001)	06-A	01	Experiência na área
Coordenador de Cultura (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	06-A	04	Experiência na área
Coordenador de Cultura (Redação dada pela Lei Complementar nº 69, de 2003)	08-A	01	Experiência na área
Coordenador de Esportes (Incluído pela Lei Complementar nº 69, de 2003)	06-A	04	Experiência na área
Coordenador de Esportes (Redação dada pela Lei Complementar nº 103, de 2005)	06-A	03	Experiência na área
Coordenador de Estradas Vicinais (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	07-A	04	Experiência na área
Coordenador de Estradas Vicinais (Redação dada pela Lei Complementar nº 92, de 2004)	06-A	01	Experiência na área
Coordenador de Informática (Incluído pela Lei Complementar nº 42, de 2001)	09-A	01	Ensino Superior em Análise de Sistemas ou Processamento de Dados e Experiência na área

Coordenador de IPTU (Incluído pela Lei Complementar nº 99, de 2005)	08-A	01	Experiência na área e ensino médio completo
Diretor de Contabilidade (Incluído pela Lei Complementar nº 99, de 2005)	11-A	01	Nível superior e experiência na área
Diretor de Planejamento (Incluído pela Lei Complementar nº 103, de 2005)	10	01	Educação superior em Engenharia Civil ou Arquitetura e experiência na área
Coordenador de Turismo (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	06-A	01	Experiência na área e Ensino Médio Completo
Coordenador da Juventude (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	06-A	01	Experiência na área e Ensino Médio Completo
Coordenador de Serviços Administrativos e Legislativo (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	09-A	01	Educação superior experiência na área de no mínimo 03 anos
Encarregado de Máquinas e Veículos (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Almoxarifado (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Limpeza Pública (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Manutenção de Praças Públicas (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Estradas Vicinais (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Pavimentação (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Encarregado de Obras (Incluído pela Lei Complementar nº 115, de 2006)	05-A	01	Experiência na área e Ensino Fundamental Completo
Coordenador de Serviços específicos de Saneamento na área de Vigilância Sanitária (Incluído pela Lei Complementar nº 146, de 2008)	07-A	01	Ensino Médio Completo e Experiência mínima de 03 anos na área.
Coordenador Municipal de Transporte Escolar (Incluído pela Lei Complementar nº 162, de 2009)	7	01	Ensino Médio Completo
Coordenador de Vigilância Sanitária na área de Produtos e Serviços de Saúde (Incluído pela Lei Complementar nº 165, de 2010)	09-A	01	Ensino Superior em Enfermagem ou Farmácia e (Pós-Graduação ou Curso de Aperfeiçoamento) na área de vigilância sanitária e experiência mínima de 05 anos na área.
Coordenador de Vigilância Sanitária na área de produtos e serviços de alimentação (Incluído pela Lei Complementar nº 165, de 2010)	09-A	01	Ensino Superior em Nutrição e (Pós-Graduação ou Curso de Aperfeiçoamento) na área de Vigilância Sanitária e experiência mínima de 01 ano e meio na área.
Diretor de Teatro Municipal de Cerquilha (Incluído pela Lei Complementar nº 169, de 2010)	11-A	01	Ensino Superior
Diretor de Agricultura e Meio Ambiente (Incluído pela Lei Complementar nº 127, de 2006)	11-A	01	Educação Superior e Experiência na Área.
Coordenador de Saúde (Incluído pela Lei Complementar nº 127, de 2006)	07-A	01	Ensino Médio Completo
Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil (Incluído pela Lei Complementar nº 201, de 2014)	09	01	Ensino Superior com treinamento e qualificação em Defesa Civil